

Parque ficará aberto durante reforma

Governo volta atrás na decisão de interditar o Parque da Cidade, mas confirma que o local não será mais pista alternativa para carros

Cristine Gentil
Da equipe do **Correio**

Houve ameaça de ação judicial, pedido de informações, incredulidade e revolta. Foram diversas as reações da sociedade diante do anúncio de fechamento temporário do chamado pulmão de Brasília, uma área de 4,2 milhões de metros quadrados, onde todos os dias circulam três mil pessoas e 25 mil automóveis. A repercussão negativa do fechamento total do parque durante três ou quatro meses para a realização de reformas fez o governo mudar o discurso um dia depois do governador Joaquim Roriz ter anunciado a medida, durante a posse do novo administrador do Parque da Cidade, Cássio Poli.

“Seria mais confortável para o governo fechar o parque para a realização de obras, mas esse fechamento está vinculado a uma discussão com os usuários. Não tem sentido fechar o parque se isso for penalizar a população”, corrigiu o secretário de Obras, Tadeu Filipelli.

Segundo ele, o anúncio do fechamento total do parque foi motivado pela necessidade de se resolver o problema do trânsito no local. O governo quer acabar com o tráfego intenso no parque, mas ainda não definiu como isso será feito. “Estamos estudando a possibilidade de fazer outras vias alternativas”, disse Filipelli.

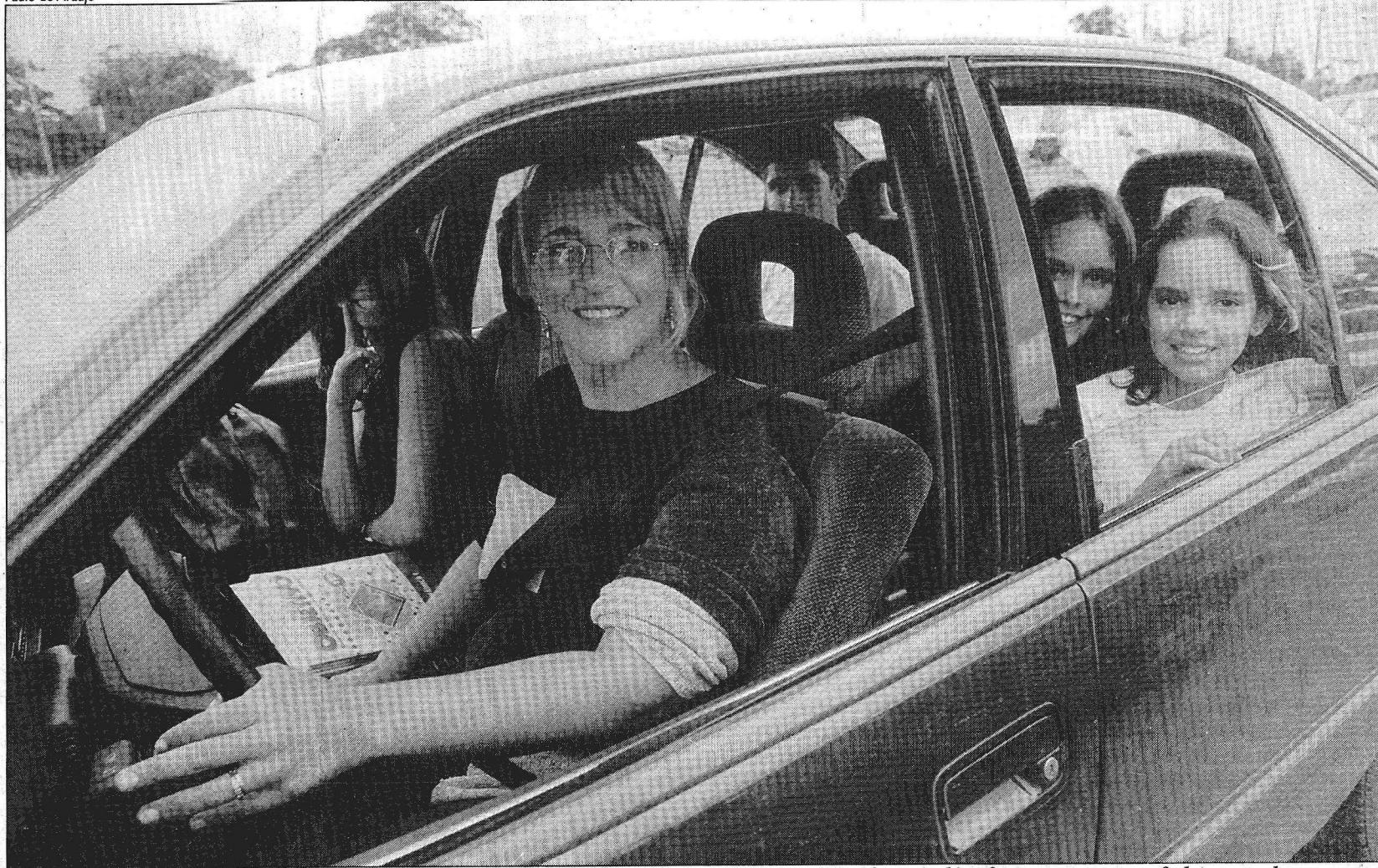
Pelo menos um nome de peso aprova essa idéia. Em visita à cidade, o arquiteto Oscar Niemeyer, criador de Brasília, defendeu: “Sou favorável a que o parque seja fechado definitivamente ao trânsito de automóveis. Como todos os grandes parques do mundo, o de Brasília deve ser um lugar para que as pessoas relaxem e esqueçam o stress da cidade.

Já o presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Haroldo Pinheiro, chocou-se com a possibilidade de fechar totalmente o parque. “Uma decisão tão drástica como essa teria que vir embasada numa situação de risco para a população. A não ser numa condição de calamidade, seria um contrasenso, uma medida equivocada”, opina. Para ele, o governo deveria consultar os autores do projeto do parque antes de fazer qualquer reforma no local. Um deles é o ex-presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o arquiteto Glauco Campelo, autor do projeto de alguns edifícios do parque, que foi concebido pelo paisagista Burle Marx, já falecido.

“É preciso restaurar mesmo é a arquitetura original das construções. O projeto foi muito alterado e deu ao parque um aspecto provinciano. Está tudo deploravelmente mal cuidado”, disse Glauco, que não vê necessidade de se fechar o parque para a reforma.

O atual superintendente regional do Iphan, Marcelo Brito, quer acom-

Paulo de Araújo



Tátia Lara deixa os filhos no escola todos os dias e depois aproveita para andar pelo parque. Ela é favorável à reforma mas contra o fechamento do parque

panhar de perto a reforma. Ele encaixou ao administrador do Parque um pedido de informações sobre as obras. “O parque está dentro do conjunto arquitetônico tombado e reconhecido como patrimônio da humanidade. Temos a preocupação de não descharacterizar a área”, defende.

O governo pretende gastar R\$ 2,3 milhões, recursos da Companhia Energética de Brasília (CEB) e da Secretaria de Obras, para reformular toda a iluminação. Está prevista a substituição de 472 luminárias na pista de contorno (carros) e 284 na pista interna (pedestres). Também serão ilu-

minados os dez estacionamentos, com 710 lâmpadas de vapor de sódio, e o contorno do lago, com 316 luminárias. O projeto de iluminação também prevê a instalação de 30 postes de 15 metros com 180 luminárias de vapor metálico na Praça das Fontes.

O restante das obras inclui a recu-

peração de portarias, asfalto, meios-fios, fontes, calçadas e espaços públicos, além da construção de um posto policial. A segunda fase da reforma é a elaboração de um plano diretor para definir o aproveitamento e utilização do espaço de forma ordenada, sem ferir a concepção original.